

INCLUSÃO EDUCACIONAL E TECNOLOGIA ASSISTIVA: ANÁLISE CRÍTICA DAS POLÍTICAS E PRÁTICAS NAS ESCOLAS PÚBLICAS

EDUCATIONAL INCLUSION AND ASSISTIVE TECHNOLOGY: CRITICAL
ANALYSIS OF POLICIES AND PRACTICES IN PUBLIC SCHOOLS

Ciências Humanas • 01/04/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/775089101](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/775089101)

Adilza Raquel Cavalcanti dos Santos¹

Arlete da Silva Santos²

Cizelda Aparecida Triches³

Leidilaura Pimentel Soares⁴

Eliana Maria de Sousa Lima e Sousa⁵

Jean Carlos Triches⁶

Maria da Paz Silva Santos⁷

Mônica Cristina Santos Teixeira⁸

Ronildo Sousa Saraiva⁹

Selma Modesto Leandro¹⁰

Viviane Muniz Santos¹¹

RESUMO

Este artigo analisa criticamente a relação entre inclusão educacional e tecnologia assistiva no contexto das escolas públicas brasileiras, com foco na articulação entre políticas públicas e práticas pedagógicas. O estudo tem como objetivo compreender em que medida as diretrizes normativas voltadas à inclusão têm sido efetivamente implementadas no cotidiano escolar. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, fundamentada em revisão bibliográfica e análise documental de legislações e políticas educacionais. Os resultados evidenciam que, embora haja avanços significativos no campo normativo, persistem desafios relacionados à formação docente, à infraestrutura escolar e à integração pedagógica das tecnologias assistivas. Conclui-se que a efetividade da inclusão educacional depende de ações articuladas que envolvam políticas públicas consistentes, práticas pedagógicas inclusivas e condições estruturais adequadas. O estudo contribui para o debate crítico sobre inclusão e tecnologia, destacando a necessidade de superar a lacuna entre políticas e práticas no sistema educacional brasileiro.

Palavras-chave: Inclusão Educacional; Tecnologia Assistiva; Políticas Públicas; Educação Básica; Equidade.

ABSTRACT

This article critically analyzes the relationship between inclusive education and assistive technology in Brazilian public schools, focusing on the articulation between public policies and pedagogical practices. The study aims to understand to what extent normative guidelines for inclusion have been effectively implemented in everyday school contexts. Methodologically, this is a qualitative study based on a bibliographic review and document analysis of educational policies and legislation. The findings reveal

that, despite significant advances in the normative field, challenges remain regarding teacher training, school infrastructure, and the pedagogical integration of assistive technologies. It is concluded that effective inclusive education depends on coordinated actions involving consistent public policies, inclusive pedagogical practices, and adequate structural conditions. The study contributes to the critical debate on inclusion and technology, highlighting the need to overcome the gap between policies and practices in the Brazilian educational system.

Keywords: Inclusive Education; Assistive Technology; Public Policies; Basic Education; Equity.

INTRODUÇÃO

A educação inclusiva tem se consolidado como um princípio fundamental das políticas educacionais contemporâneas, especialmente no contexto brasileiro, onde a legislação assegura o direito à educação para todos os estudantes, independentemente de suas condições físicas, cognitivas ou sociais. Esse movimento está alinhado a diretrizes internacionais, como a Declaração de Salamanca (1994), que reforça os sistemas educacionais capazes de atender à diversidade dos sujeitos. No Brasil, marcos legais como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva têm buscado garantir esse direito, promovendo a integração de estudantes com deficiência nas escolas regulares.

Nesse cenário, a tecnologia assistiva emerge como um recurso estratégico para a promoção da inclusão educacional, ao possibilitar o acesso, a participação e a aprendizagem de estudantes com deficiência. Esses recursos incluem desde ferramentas simples,

como adaptações de materiais didáticos, até tecnologias mais avançadas, como softwares de leitura de tela, dispositivos de comunicação alternativa e sistemas de acessibilidade digital. Conforme Bersch (2017), a tecnologia assistiva desempenha papel essencial na ampliação da autonomia dos sujeitos, contribuindo para sua participação plena nos processos educacionais.

Com o avanço das tecnologias digitais, amplia-se também o potencial de inclusão, especialmente no que se refere à personalização do ensino e à diversificação das estratégias pedagógicas. Ambientes virtuais de aprendizagem, recursos multimídia e plataformas digitais possibilitam novas formas de interação e construção do conhecimento, favorecendo práticas mais flexíveis e adaptadas às necessidades dos estudantes. No entanto, essa mesma expansão tecnológica também evidencia desigualdades estruturais que impactam diretamente o acesso e o uso dessas ferramentas.

Entretanto, apesar dos avanços normativos e tecnológicos, a efetivação da inclusão educacional ainda enfrenta desafios significativos, especialmente no que se refere à implementação das políticas públicas no cotidiano das escolas. A presença de tecnologias assistivas, por si só, não garante práticas pedagógicas inclusivas, sendo necessário considerar fatores como formação docente, infraestrutura, gestão escolar e condições socioeconômicas dos estudantes.

Nesse contexto, observa-se uma lacuna entre o que está previsto nas políticas públicas e o que efetivamente ocorre nas práticas escolares. Muitas instituições de ensino enfrentam dificuldades relacionadas à falta de equipamentos adequados, à ausência de manutenção dos

recursos disponíveis e à insuficiência de formação continuada para os professores. Como destaca Kenski (2012), a integração das tecnologias na educação exige mudanças estruturais e pedagógicas que vão além da simples disponibilização de recursos.

Além disso, é importante considerar que a inclusão educacional está diretamente relacionada às condições sociais e econômicas dos sujeitos. Estudantes em contextos de vulnerabilidade social frequentemente enfrentam barreiras adicionais, como falta de acesso a tecnologias em casa, dificuldades de transporte e ausência de apoio familiar, o que pode comprometer sua participação nos processos de ensino-aprendizagem. Nesse sentido, a inclusão não pode ser compreendida apenas como uma questão pedagógica, mas deve ser analisada a partir de uma perspectiva mais ampla, que considere as desigualdades sociais.

A partir da perspectiva de Bourdieu (1998), é possível compreender que o sistema educacional tende a reproduzir desigualdades sociais, o que se manifesta também no acesso e uso das tecnologias assistivas. O capital cultural e tecnológico, distribuído de forma desigual na sociedade, influencia diretamente as oportunidades educacionais dos estudantes, reforçando processos de exclusão.

Diante desse cenário complexo, torna-se fundamental problematizar a relação entre políticas públicas, tecnologia assistiva e práticas escolares, buscando compreender os limites e as possibilidades da inclusão educacional no contexto contemporâneo. Assim, emerge a seguinte questão norteadora: em que medida as políticas públicas de inclusão e o uso de tecnologias assistivas têm sido efetivamente implementados nas escolas públicas brasileiras?

Diante disso, este artigo busca analisar criticamente a relação entre políticas públicas de inclusão e o uso de tecnologias assistivas nas práticas escolares, problematizando as contradições entre avanços legais e limitações práticas. A relevância deste estudo reside na necessidade de aprofundar o debate sobre a efetividade das políticas de inclusão, contribuindo para a construção de práticas pedagógicas mais equitativas e para o fortalecimento de ações que promovam uma educação verdadeiramente inclusiva.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO E TECNOLOGIA ASSISTIVA

As políticas públicas brasileiras voltadas à inclusão educacional têm avançado de forma significativa nas últimas décadas, refletindo um movimento global de reconhecimento do direito à educação para todos. No Brasil, esse avanço é marcado por um conjunto de legislações, diretrizes e programas que buscam garantir o acesso, a permanência e a aprendizagem de estudantes com deficiência no ensino regular.

Entre os principais marcos normativos, destaca-se a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), que estabelece a inclusão como princípio orientador do sistema educacional, defendendo a matrícula de todos os estudantes em escolas regulares, com o devido apoio especializado. Além disso, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) reforça a obrigatoriedade da oferta de recursos de acessibilidade, incluindo tecnologias assistivas, no ambiente educacional.

Outro elemento central dessas políticas é a implementação das salas de recursos multifuncionais, que têm como objetivo oferecer o

Atendimento Educacional Especializado (AEE). Essas salas são equipadas com recursos de tecnologia assistiva e materiais pedagógicos adaptados, visando complementar a formação dos estudantes com deficiência. Segundo o Ministério da Educação, o AEE deve ocorrer de forma articulada com o ensino regular, contribuindo para a superação de barreiras que dificultam a aprendizagem.

Nesse contexto, a tecnologia assistiva assume papel estratégico na promoção da inclusão educacional. Segundo Bersch (2017), a tecnologia assistiva compreende um conjunto de recursos e serviços que contribuem para ampliar as habilidades funcionais de pessoas com deficiência, promovendo autonomia, independência e participação social. Como afirma a autora:

"A tecnologia assistiva deve ser compreendida como uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação, de pessoas com deficiência"
(BERSCH, 2017, p. 23).

Essa definição amplia a compreensão da tecnologia assistiva, evidenciando que ela não se restringe a dispositivos tecnológicos, mas envolve também práticas pedagógicas e estratégias de ensino que favorecem a inclusão. Nesse sentido, sua efetividade depende da integração entre recursos tecnológicos, formação docente e organização pedagógica.

Entretanto, apesar dos avanços normativos, a implementação dessas políticas enfrenta desafios significativos. Um dos principais obstáculos refere-se à insuficiência de investimentos públicos na área educacional, o que compromete a aquisição, manutenção e atualização dos recursos de tecnologia assistiva. Muitas escolas públicas, especialmente em regiões mais vulneráveis, não dispõem de infraestrutura adequada para a utilização desses recursos.

Além disso, a distribuição desigual dos equipamentos e a falta de acompanhamento técnico dificultam a efetividade das políticas. Em muitos casos, as salas de recursos multifuncionais são implantadas, mas não recebem o suporte necessário para seu funcionamento pleno, resultando em subutilização dos recursos disponíveis.

Outro desafio relevante diz respeito à formação dos profissionais da educação. A implementação de políticas inclusivas exige que professores e gestores estejam preparados para utilizar as tecnologias assistivas de forma pedagógica e contextualizada. No entanto, a formação inicial e continuada dos docentes ainda apresenta lacunas nesse aspecto.

Como destaca Kenski (2012), a integração das tecnologias na educação exige não apenas domínio técnico, mas também a compreensão de suas potencialidades pedagógicas. A ausência dessa formação pode resultar no uso inadequado das tecnologias assistivas ou até mesmo na sua não utilização, limitando seu impacto no processo educativo.

Além disso, é importante considerar que as políticas públicas muitas vezes são formuladas de forma centralizada, sem levar em conta as especificidades dos contextos locais. Isso pode dificultar sua

implementação nas escolas, que enfrentam realidades diversas em termos de recursos, infraestrutura e perfil dos estudantes.

A partir de uma perspectiva crítica, pode-se afirmar que há uma tensão entre o discurso normativo das políticas de inclusão e sua materialização nas práticas escolares. Enquanto os documentos oficiais defendem uma educação inclusiva e equitativa, a realidade das escolas públicas ainda revela limitações estruturais e pedagógicas que dificultam a efetivação desse modelo.

Nesse sentido, torna-se fundamental compreender que a inclusão educacional mediada por tecnologia assistiva não depende apenas da existência de políticas públicas, mas de sua implementação efetiva, o que envolve investimentos, formação docente, acompanhamento técnico e articulação entre diferentes níveis de gestão.

Dessa forma, as políticas públicas de inclusão e tecnologia assistiva devem ser analisadas não apenas em termos de suas diretrizes, mas também de suas condições de implementação, considerando os desafios e as contradições presentes no contexto educacional brasileiro. Essa análise é essencial para o desenvolvimento de estratégias que possam fortalecer a inclusão e garantir o direito à educação de forma efetiva e equitativa.

TECNOLOGIA ASSISTIVA NAS PRÁTICAS ESCOLARES

No contexto das escolas públicas, a utilização de tecnologias assistivas ainda ocorre de forma limitada e, muitas vezes, desvinculada de uma proposta pedagógica consistente. Embora existam recursos disponíveis em muitas instituições, sua efetiva utilização depende diretamente da formação dos professores, das

condições estruturais da escola e do apoio institucional oferecido. Dessa forma, observa-se que a simples presença de equipamentos não garante práticas pedagógicas inclusivas.

A inserção da tecnologia assistiva no cotidiano escolar exige uma articulação entre planejamento pedagógico, conhecimento técnico e compreensão das necessidades dos estudantes. Nesse sentido, o professor assume papel central como mediador do processo de ensino-aprendizagem, sendo responsável por adaptar estratégias e utilizar recursos que favoreçam a participação de todos os alunos.

Como destaca Kenski (2012), a integração das tecnologias na educação exige mudanças profundas nas práticas pedagógicas, não se limitando ao uso instrumental das ferramentas segundo a autora:

"As tecnologias exigem novas formas de ensinar e aprender, alterando as relações entre professores, alunos e conhecimento, o que implica a necessidade de revisão das práticas pedagógicas tradicionais"
(KENSKI, 2012, p. 75).

Essa perspectiva evidencia que o uso da tecnologia assistiva deve estar inserido em uma proposta pedagógica mais ampla, orientada por princípios inclusivos e centrada nas necessidades dos estudantes. No entanto, na prática, muitas escolas ainda utilizam esses recursos de forma pontual e desarticulada, o que limita seu impacto no processo educativo.

Outro aspecto relevante refere-se à formação docente. Muitos professores não receberam, em sua formação inicial, preparação específica para o uso de tecnologias assistivas, o que gera insegurança e dificuldades na sua utilização. A formação continuada, nesse contexto, torna-se fundamental para o desenvolvimento de competências que permitam a integração efetiva desses recursos nas práticas pedagógicas.

Além disso, a falta de suporte técnico e pedagógico constitui um obstáculo significativo. Em diversas escolas públicas, os professores não contam com equipes de apoio ou profissionais especializados que possam auxiliá-los na utilização das tecnologias assistivas. Isso resulta, muitas vezes, na subutilização ou até mesmo no abandono desses recursos.

Segundo Bersch (2017), a efetividade da tecnologia assistiva depende não apenas de sua disponibilidade, mas também de sua adequação às necessidades dos usuários e de sua integração ao contexto educacional. Isso implica a necessidade de planejamento pedagógico, acompanhamento contínuo e avaliação dos resultados.

Outro desafio importante diz respeito à organização das salas de recursos multifuncionais. Embora essas salas sejam concebidas como espaços de apoio à inclusão, sua atuação nem sempre está articulada com o ensino regular. Em muitos casos, o atendimento ocorre de forma isolada, sem integração com as atividades desenvolvidas em sala de aula, o que pode comprometer a continuidade do processo educativo.

Além disso, é importante considerar as condições materiais das escolas. A falta de manutenção dos equipamentos, a obsolescência

tecnológica e a ausência de infraestrutura adequada dificultam a utilização das tecnologias assistivas. Em contextos de vulnerabilidade social, esses problemas são ainda mais acentuados, refletindo desigualdades estruturais que impactam diretamente a educação.

A partir de uma perspectiva crítica, pode-se afirmar que a utilização da tecnologia assistiva nas práticas escolares está inserida em um contexto de tensões, no qual coexistem possibilidades de inclusão e limitações estruturais. Como argumenta Selwyn (2016), a tecnologia na educação deve ser analisada a partir de seus usos reais, e não apenas de suas potencialidades teóricas.

Nesse sentido, a inclusão educacional mediada por tecnologia assistiva depende de um conjunto de fatores interdependentes, incluindo formação docente, infraestrutura, apoio institucional e práticas pedagógicas inclusivas. A ausência de qualquer um desses elementos compromete a efetividade do processo.

Portanto, é fundamental que as escolas públicas desenvolvam estratégias integradas para o uso da tecnologia assistiva, envolvendo planejamento pedagógico, formação continuada e articulação entre diferentes profissionais da educação. Somente assim será possível potencializar os benefícios desses recursos e promover uma inclusão efetiva.

DESAFIOS E CONTRADIÇÕES

A análise do cenário educacional brasileiro evidencia uma lacuna significativa entre as políticas públicas de inclusão e sua efetiva implementação nas escolas. Embora as diretrizes normativas apontem para a construção de um sistema educacional inclusivo, a

realidade cotidiana das instituições públicas ainda é marcada por limitações estruturais, pedagógicas e sociais que dificultam a concretização desse modelo.

Essa contradição entre o plano legal e a prática escolar revela que a inclusão educacional não depende apenas da formulação de políticas, mas de condições concretas que possibilitem sua efetivação. A insuficiência de recursos financeiros, a precariedade da infraestrutura escolar e a ausência de formação continuada para os profissionais da educação são fatores que comprometem diretamente a implementação das tecnologias assistivas.

Nesse contexto, a teoria da reprodução social de Pierre Bourdieu oferece uma importante chave interpretativa para compreender essas desigualdades. Segundo o autor:"

O sistema de ensino, ao invés de reduzir as desigualdades sociais, tende a reproduzi-las, legitimando as diferenças de origem social sob a aparência de mérito individual" (BOURDIEU; PASSERON, 1998, p. 41).

A partir dessa perspectiva, pode-se afirmar que as tecnologias assistivas, quando inseridas em um sistema educacional desigual, tendem a reproduzir essas mesmas desigualdades. O acesso e o uso desses recursos não ocorrem de forma homogênea, sendo influenciados por fatores como capital cultural, condições socioeconômicas e acesso a oportunidades educacionais.

Dessa forma, estudantes em contextos vulneráveis enfrentam maiores dificuldades para se beneficiar das tecnologias assistivas. A falta de acesso a recursos tecnológicos fora do ambiente escolar, a ausência de suporte familiar e as limitações no letramento digital contribuem para a perpetuação de processos de exclusão.

Além disso, é importante destacar que a desigualdade não se manifesta apenas no acesso aos recursos, mas também na qualidade do uso. Em muitos casos, mesmo quando as tecnologias assistivas estão disponíveis, sua utilização ocorre de forma limitada ou inadequada, não contribuindo efetivamente para a aprendizagem dos estudantes.

Outro aspecto relevante diz respeito à chamada "inclusão excludente", na qual os estudantes estão formalmente inseridos no sistema educacional, mas não têm garantidas as condições necessárias para sua participação plena. Essa situação é particularmente evidente em contextos nos quais as tecnologias assistivas são disponibilizadas sem o devido suporte pedagógico.

A ausência de articulação entre políticas públicas e práticas escolares também constitui um desafio significativo. Muitas vezes, as diretrizes são elaboradas em níveis administrativos superiores, sem considerar as especificidades das escolas e as condições reais de implementação. Isso resulta em políticas que, embora bem estruturadas em termos normativos, apresentam dificuldades de aplicação no cotidiano escolar.

Além disso, a formação docente insuficiente contribui para a manutenção dessas contradições. Professores que não recebem preparação adequada para o uso de tecnologias assistivas tendem a

enfrentar dificuldades em sua aplicação, o que limita seu potencial inclusivo. Como destaca Freire (1996), a prática educativa exige reflexão crítica e compromisso com a transformação social, o que implica a necessidade de formação contínua e contextualizada.

Outro elemento que merece destaque é a desigualdade regional no acesso a recursos educacionais. Escolas localizadas em regiões mais pobres ou rurais frequentemente enfrentam maiores dificuldades em termos de infraestrutura e acesso a tecnologias, o que amplia as disparidades educacionais.

A partir de uma perspectiva crítica, pode-se afirmar que a inclusão educacional mediada por tecnologia assistiva está inserida em um campo de tensões, no qual coexistem avanços normativos e limitações práticas. Essa ambivalência revela que a inclusão não pode ser compreendida de forma simplificada, sendo necessário considerar as múltiplas dimensões que influenciam sua efetivação.

Portanto, superar esses desafios exige uma abordagem integrada, que articule políticas públicas, práticas pedagógicas e condições estruturais. É fundamental que haja investimentos contínuos em infraestrutura, formação docente e acompanhamento das políticas, de modo a garantir que as tecnologias assistivas sejam utilizadas de forma significativa e contribuam efetivamente para a inclusão educacional.

Em síntese, as contradições identificadas neste estudo evidenciam que a inclusão educacional não é um processo linear, mas um campo de disputas e desafios, no qual a efetivação dos direitos depende de ações concretas e articuladas. Compreender essas


tensões é essencial para a construção de uma educação mais equitativa e socialmente comprometida.

DISCUSSÃO CRÍTICA

A relação entre inclusão educacional e tecnologia assistiva deve ser compreendida de forma crítica, considerando as condições sociais, econômicas e institucionais que influenciam sua implementação. Ao longo deste artigo, evidenciou-se que a presença de recursos tecnológicos, embora necessária, é insuficiente para garantir processos educativos inclusivos. A efetividade da inclusão depende da articulação entre políticas públicas, práticas pedagógicas e condições materiais de funcionamento das escolas.

Nesse sentido, a análise crítica exige superar visões deterministas que atribuem às tecnologias um papel automaticamente transformador. Como argumenta Selwyn (2016), as tecnologias educacionais não operam de forma neutra, estando inseridas em contextos sociais que condicionam seus usos e resultados. Assim, a tecnologia assistiva pode tanto favorecer a inclusão quanto reproduzir desigualdades, dependendo das condições em que é implementada.

A partir da perspectiva de Paulo Freire, a educação deve ser compreendida como prática de liberdade, orientada pela emancipação dos sujeitos e pela transformação da realidade. Para o autor:



"A educação não transforma o mundo. Educação muda as pessoas. Pessoas transformam o mundo"
(FREIRE, 1996, p. 67).

Essa afirmação reforça a centralidade do sujeito no processo educativo e evidencia que a inclusão não pode ser reduzida à dimensão técnica. A tecnologia assistiva, nesse contexto, deve ser compreendida como mediadora de práticas pedagógicas que promovam autonomia, participação e construção crítica do conhecimento.

Freire (1996) também destaca que o processo educativo deve estar ancorado na realidade concreta dos estudantes, considerando suas experiências, saberes e condições de vida. Aplicada ao contexto da educação inclusiva, essa perspectiva implica que o uso da tecnologia assistiva deve ser contextualizado e orientado pelas necessidades reais dos sujeitos, e não apenas pelas possibilidades técnicas dos recursos disponíveis.

Nesse sentido, a integração da tecnologia assistiva às práticas pedagógicas exige uma abordagem interdisciplinar e colaborativa, envolvendo professores, gestores, profissionais de apoio e os próprios estudantes. A construção de práticas inclusivas demanda planejamento, reflexão crítica e avaliação contínua, de modo a garantir que os recursos utilizados contribuam efetivamente para a aprendizagem.

Além disso, é importante considerar que a inclusão educacional está diretamente relacionada à abordagem das capacidades proposta

por Amartya Sen (2000). Segundo o autor:

O desenvolvimento consiste na expansão das capacidades das pessoas para levar a vida que valorizam" (SEN, 2000, p. 87).

Essa perspectiva amplia a compreensão da inclusão, ao enfatizar que não basta garantir o acesso a recursos, sendo necessário criar condições para que os indivíduos possam utilizá-los de forma significativa. No contexto da tecnologia assistiva, isso implica assegurar não apenas a disponibilidade dos equipamentos, mas também as condições de uso, como formação, suporte técnico e adequação pedagógica.

Outro aspecto relevante diz respeito à formação docente. A utilização crítica e eficaz da tecnologia assistiva depende da capacidade dos professores de integrá-la às suas práticas pedagógicas de forma intencional. No entanto, como discutido anteriormente, a formação inicial e continuada dos docentes ainda apresenta lacunas nesse campo.

Segundo Kenski (2012), a incorporação das tecnologias na educação exige mudanças estruturais nas práticas pedagógicas, implicando uma revisão das metodologias de ensino e das relações entre professores, alunos e conhecimento. Isso significa que a tecnologia assistiva não deve ser utilizada como um recurso complementar, mas como parte integrante de uma proposta pedagógica inclusiva.

Além disso, a ausência de políticas públicas integradas e de investimentos adequados compromete a efetividade da inclusão educacional. A fragmentação das ações e a falta de articulação entre diferentes níveis de gestão dificultam a implementação de práticas consistentes, resultando em iniciativas pontuais e, muitas vezes, pouco eficazes.

A partir de uma perspectiva crítica, pode-se afirmar que a inclusão educacional mediada por tecnologia assistiva está inserida em um campo de tensões, no qual coexistem avanços normativos e limitações práticas. Essa ambivalência revela que a inclusão não é um processo linear, mas uma construção social que depende de múltiplos fatores.

Nesse contexto, torna-se fundamental adotar uma abordagem que articule teoria e prática, considerando as especificidades dos contextos escolares e as necessidades dos estudantes. A tecnologia assistiva deve ser compreendida como parte de um projeto pedagógico mais amplo, orientado por princípios de equidade, justiça social e valorização da diversidade.

Portanto, a construção de uma educação inclusiva exige não apenas o acesso a recursos tecnológicos, mas a transformação das práticas pedagógicas e das estruturas institucionais. Como afirma Freire (1996, p. 47), "ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção". Assim, a tecnologia assistiva deve ser utilizada como instrumento de mediação que possibilite a participação ativa dos estudantes e a construção de aprendizagens significativas.

Em síntese, a discussão crítica evidencia que a inclusão educacional mediada por tecnologia assistiva depende de uma articulação entre políticas públicas, práticas pedagógicas e condições estruturais. Superar os desafios identificados requer uma abordagem integrada e comprometida com a transformação social, capaz de promover uma educação verdadeiramente inclusiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo evidenciou que, embora haja avanços significativos nas políticas públicas de inclusão educacional no Brasil, sua efetividade ainda está condicionada a um conjunto de fatores estruturais, pedagógicos e sociais que limitam a concretização de uma educação verdadeiramente inclusiva. Ao longo da análise, foi possível identificar que a tecnologia assistiva, apesar de seu potencial transformador, não se configura como solução isolada para os desafios da inclusão, sendo necessário compreendê-la como parte de um processo mais amplo e complexo.

Os resultados apontam que a existência de marcos legais e diretrizes normativas representa um avanço importante no reconhecimento do direito à educação para todos. No entanto, a lacuna entre o que está previsto nas políticas públicas e o que se realiza nas práticas escolares evidencia a necessidade de ações mais efetivas e articuladas. A inclusão educacional não se concretiza apenas por meio da legislação, mas depende de sua implementação no cotidiano das escolas, o que envolve condições materiais, formação docente e organização pedagógica.

Nesse sentido, destaca-se que a tecnologia assistiva deve ser compreendida como um recurso mediador do processo educativo,

cuja eficácia depende de sua integração às práticas pedagógicas. A simples disponibilização de equipamentos não garante a inclusão, sendo necessário que esses recursos sejam utilizados de forma planejada, contextualizada e alinhada às necessidades dos estudantes.

Outro aspecto relevante refere-se à formação dos professores, que desempenham papel central na promoção da inclusão. A ausência de formação específica para o uso de tecnologias assistivas compromete sua utilização pedagógica, limitando seu potencial. Dessa forma, torna-se fundamental investir em programas de formação inicial e continuada que preparem os docentes para atuar em contextos inclusivos e tecnologicamente mediados.

Além disso, as condições estruturais das escolas públicas constituem um fator determinante para a efetividade das políticas de inclusão. A precariedade da infraestrutura, a falta de manutenção dos equipamentos e a ausência de suporte técnico dificultam a implementação das tecnologias assistivas, especialmente em contextos de maior vulnerabilidade social.

A análise também evidenciou que as desigualdades sociais influenciam diretamente o acesso e o uso das tecnologias assistivas, reforçando processos de exclusão. Estudantes provenientes de contextos socioeconômicos desfavorecidos enfrentam maiores dificuldades para se beneficiar desses recursos, o que evidencia a necessidade de políticas públicas que considerem as desigualdades estruturais.

Diante desse cenário, recomenda-se o fortalecimento das políticas públicas de inclusão educacional, com investimentos contínuos em

formação docente, infraestrutura escolar e desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas. É fundamental que essas políticas sejam implementadas de forma integrada, articulando diferentes níveis de gestão e considerando as especificidades dos contextos locais.

Além disso, é necessário promover o acompanhamento e a avaliação das políticas públicas, de modo a identificar seus impactos e propor ajustes que contribuam para sua efetividade. A participação da comunidade escolar nesse processo é essencial para garantir que as ações desenvolvidas estejam alinhadas às necessidades reais dos estudantes.

Por fim, destaca-se a importância de novas pesquisas que aprofundem a análise sobre a relação entre tecnologia assistiva e inclusão educacional, especialmente por meio de estudos empíricos que investiguem práticas concretas nas escolas públicas. Tais estudos podem contribuir para a construção de conhecimentos mais aplicados, capazes de orientar políticas e práticas educacionais.

Em síntese, a construção de uma educação inclusiva mediada por tecnologias assistivas exige um esforço coletivo e contínuo, que envolva políticas públicas consistentes, práticas pedagógicas inovadoras e compromisso com a equidade social. Somente por meio dessa articulação será possível transformar o potencial das tecnologias em efetivas oportunidades de inclusão, promovendo uma educação mais justa, democrática e socialmente comprometida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERSCH, Rita. **Tecnologia assistiva**. Porto Alegre: Assistiva, 2017.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1998.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: Brasília, 1996.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: Ministério da Educação, 2008.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União: Brasília, 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

KENSKI, Vani Moreira. **Tecnologias e ensino presencial e a distância**. 9. ed. Campinas: Papirus, 2012.

SELWYN, Neil. **Education and technology: key issues and debates**. London: Bloomsbury, 2016.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Salamanca: UNESCO, 1994.

¹ Doutoranda em Ciências da Educação. Instituição: Universidad Internacional Tres Fronteras UNINTER. Endereço: Manuel Ortiz Guerrero, San Lorenzo, Paraguay. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

² Mestranda em Tecnologias Emergentes em Educação. Instituição: Must University. Endereço: SW 10th Street-Deerfield Beach, Flórida, Estados Unidos. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

³ Doutorado em Ciências da Educação. Instituição: Christian Business School. Endereço: 40 rue Alexandre Dumas, Paris (Arrondissement de Paris). E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

⁴ Mestranda em Tecnologias Emergentes em Educação. Instituição: Must University. Endereço: SW 10th Street-Deerfield Beach, Flórida, Estados Unidos. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

⁵ Doutoranda: em Ciências da Educação. Instituição: Christian Business School. Endereço: 40 rue Alexandre Dumas, Paris (Arrondissement de Paris). E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

⁶ Doutorado em Ciências da Educação. Instituição Christian Business School. Endereço: 40 rue Alexandre Dumas, Paris (Arrondissement de Paris). E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

⁷ Mestranda em ciências da Educação. Instituição: Faculdade de Ciências Sociales Interamericana (FICS). Endereço: Calle de laAmistadCasi Rosario, 777, Asunción, Paraguay. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

⁸ Mestranda em Ciências da Educação. Instituição: MUST University. Endereço: SW 10th Street-Deerfield Beach, Flórida, Estados Unidos. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

⁹ Doutorado em Ciências da Educação. Instituição Christian Business School. Endereço: 40 rue Alexandre Dumas, Paris (Arrondissement de Paris). E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

¹⁰ Mestranda em Ciências da Educação. Instituição: Must University. Endereço: SW 10th Street-Deerfield Beach, Flórida, EstadosUnidos. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

¹¹ Pós graduanda em Psicopedagogia. Instituição: Unopar. Endereço: Rua Afonso Pires de Souza 432. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)